

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

OS NOVOS GAÚCHOS E SEUS NOVOS ENDEREÇOS - POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Neiva Otero Schäffer

Boletim Gaúcho de Geografia, 19: 86-104, maio, 1992.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38019/24505>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1992

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

OS NOVOS GAÚCHOS E SEUS NOVOS ENDEREÇOS POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Neiva Oterro Schäffer*

1. Introdução

Este texto trata, de forma sumarizada, das principais alterações e tendências que se manifestam no quadro da população do Estado, considerando-se os dados disponíveis mais recentes. Importa saber, então, quantos e como são esses gaúchos; qual o seu espaço de vida, seus novos endereços. No entanto, um tratamento centrado em informações demográficas, via de regra estatísticas, e que, no caso, dirige-se especialmente àqueles que atuam no ensino de 1º e 2º graus, impõe algumas considerações iniciais.

A população, de uma forma ou outra, está presente em todos os temas de Geografia. Nesses estudos é importante ter presente que "... o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado" (Santos ; 1989, p.41). A avaliação dessas transformações do espaço geográfico deve salientar a complexidade das mudanças, em diferentes escalas, bem como o significado dessas transformações. Essa tarefa de avaliação é permanente em Geografia. O Rio Grande do Sul, como espaço ao qual dedicamos nosso esforço de pesquisa e de ensino, torna-se, por tal razão, o foco maior de revisão constante.

2. O estudo da população: considerações preliminares

A Geografia Humana vem, por longo tempo, tratando das ações do homem, dos impactos dessas ações sobre o ambiente. Mas, pouca atenção deu ao homem. Privilegiou a ação; omitiu o agente. Os estudos sobre a população - "... conjunto de indivíduos que realizam a sua atividade vital no quadro de uma determinada sociedade...", segundo Valentei ((1987, p.8) -, tomam vulto no Pós-Guerra, no contexto de uma população mundial em rápida aceleração, em especial no que tange à população urbana, e de uma preocupação com a finitude dos recursos naturais. Aqueles estudos tiveram como procedimento básico, o dimensionamento da população (análise de indicadores) e de sua distribuição espacial. Sofreram, como dificuldades maiores, tanto a carência de dados estatísticos, de sua qualidade e comparabilidade, quanto a atitude dos geógrafos frente aos temas focos.

* Professora no Departamento de Geografia da UFRGS.

A autora agradece a colaboração da geógrafa NeLy Blauth que, gentilmente, fez a revisão dos dados estatísticos do trabalho.

Artigo entregue para publicação em maio de 1994.

Ainda que a população seja a base da produção social e que essa seja a visão presente tanto nos clássicos da economia política, como Malthus, como nos autores que seguem Marx, normalmente não foi em seu contexto social que ela foi tratada nos estudos de população. Uma excelente crítica sobre esses estudos em Geografia, numa perspectiva histórica, foi feita por Moreira (1987). Aquele texto representa um suporte indispensável para desenvolver os conteúdos de população em sala de aula (e neles a população do Rio Grande do Sul), na medida em que orienta o trabalho, estabelecendo suas possibilidades e seus limites.

Emerge daquele texto a orientação principal, qual seja a de entender o papel da população como fenômeno social que tem, como tal, uma dada dimensão espacial e que é sujeita a leis sociais, e a considerá-la como um dos elementos basilares em qualquer estudo sócio-econômico. Portanto, apoiando-se nessa linha de trabalho, é necessário ressaltar a orientação metodológica de que "... a análise da população seria estéril se fosse realizada fora do meio social concreto, fora da estrutura de classe da sociedade, fora da formas de propriedade, das inter-relações econômicas, do caráter da divisão do trabalho, etc." (Valentei. ; p.10). Sem desenvolver um raciocínio sobre essa questão, em função dos limites desse texto, enfatiza-se, no entanto, que o estudo da população deve atentar, primeiramente, para essa premissa. Assim, é fundamental ter presente que os dados gerais, que com tanta frequência utilizamos para comparar grandes áreas (países, estados, municípios) e que serão também usados nesse texto em relação ao Rio Grande do Sul, escondem ou diluem as diferenças internas a esse universo, as desigualdades espaciais (nas que são sociais na origem), ao nível da cidade, do bairro, de duas calçadas de uma mesma rua. Diferenças essas que não são naturais (como no pensamento malthusiano), mas que expressam as condições de inserção de classe social e, através dela, a diferente participação na riqueza produzida e as implicações demográficas daí decorrentes (taxas vitais, mobilidade, qualidade de vida).

Nessa perspectiva de estudo um dos conceitos principais para a Geografia é o da distribuição da população sobre o território, cuja lei maior será dada, nas sociedades capitalistas, pela sujeição final dos homens à repartição da produção, portanto do trabalho. O papel da natureza fica aí intermediado e é, sem dúvida, importante. Outra orientação básica é de apreender o local como um ponto não isolado no espaço, mas com resultado de variadas interações espaciais e ver a cidade - centro maior de articulação e controle para a produção capitalista - como espaço internamente diferenciado (um mosaico de quadros de vida, de cotidianos). Conteúdo básico no ensino de Geografia, em todos os graus, o estudo da população urbana deve contemplar a diferenciação interna e, em especial, a mobilidade intra-urbana, consequência e razão da segregação urbana e da diferenciação acentuada dos espaços de viver e de trabalhar. A intensidade do processo de urbanização acentua essa mobilidade intra-urbana; problematiza a circulação; encarece o transporte e afeta diferenciadamente aos moradores.

Diversos temas compõem o universo dos estudos de população: a dinâmica vital (nascimentos, óbitos, uniões), que diz respeito à renovação das gerações; a dinâmica espacial (distribuição e mobilidade); as características qualitativas da população, capazes de indicar suas condições sócio-econômicas (acesso ao trabalho, ao alimento, à saúde, à moradia, à instrução) e as que conformam o cotidiano (ambiente de trabalho, ambiente de vida e de lazer).

Mas, mais importante que a abordagem enumerativa dos assuntos é sua articulação. O estudo é especialmente relevante num quadro local. É este quadro que dá consistência e encaminha o entendimento das questões mais cruciais, como o dos fluxos migratórios acentuados; o da pressão da força de trabalho; o do crescimento muito rápido da população das grandes cidades. É ele que permite, mais facilmente, uma reflexão crítica.

O foco dos estudos de população não é, portanto, o da distribuição mundial dos homens ou da diferenciação dos padrões anteriores de ocupação do solo, daquilo que Guidugli (1979; p. 3) chama de alterações "... dos endereços espaciais", ou a análise das taxas médias mundiais, que têm sido e devem ser anunciadas (indicadas) nas aulas de Geografia, como parâmetro geral. Esses dados estatísticos, não mais que abstrações quando simplesmente listados, obscurecem a historicidade social do que genericamente é chamado de "população". A questão maior é o dos problemas vivenciados pelos homens. Neste caso, a temática amplia-se enormemente ao relevar a escala local, ainda que sem perder a dimensão multiescalar. Atender-se-ia, deste modo, à sugestão no sentido de que "... para que a Geografia Humana responda às necessidades da sociedade, seja qual for sua forma, deve concentra-se nos mesmos problemas com que se defrontam as pessoas a cada dia." (Smith; 1980, p.46).

3. Para o estudo da população no Rio Grande do Sul: as fontes

O estudo da dinâmica da população do Rio Grande do Sul exige revisão e complementação continuada dos dados, o que abre um amplo campo de pesquisas aos interessados, ainda que existam bons trabalhos que garantem a possibilidade de razoável qualidade no tratamento desses temas no ensino de Geografia. O trabalho de Roche (1969) é um clássico. A obra de Vieira e Rangel (1985) detalha as informações até o Censo de 80, necessitando que o professor atualize as informações já disponíveis referentes ao recenseamento realizado em 1991. Para a atualização estatística é indicado o recurso às publicações do IBGE e da FEE³. Informações desagregadas podem ser obtidas em diferentes órgãos do Estado (METROPLAN, Secretarias de Estado), e, eventualmente, no próprio município onde o professor atua.

3 - Atualização estatística sobre um determinado município (Resumo Estatístico Municipal) pode ser adquirido na Biblioteca da FEE, inclusive através de correspondência (Rua Duque de Caxias, 1691 CEP 90010-283 Porto Alegre - Fone: (051)225-94-55 Fax: (051)225-00-06).

4. A população do Rio Grande do Sul: novas quantidades; novos endereços

O Rio Grande do Sul, neste final de século, reflete as grandes tendências verificadas no País e no âmbito dos países do Terceiro Mundo. Dessas, a mais significativa diz respeito à **mudança de endereço** dos residentes. Há uma nova espacialidade da população mundial decorrente de uma forte mobilidade sobre o território, que conduz a um quadro de residentes que é cada vez mais urbano e cada vez mais concentrado sobre determinadas áreas do território, em especial em torno de grandes metrópoles. Há também um novo cotidiano, marcado por diferenciações cada vez maiores no acesso a bens e serviços e, no âmbito das cidades, por uma segregação espacial que vem sendo acompanhada pelo aumento dos segmentos mais pauperizados. Como terceira grande tendência, presente também no Rio Grande do Sul, está a queda, de caráter estrutural, das taxas de fecundidade. São essas tendências analisadas a seguir.

4.1. Distribuição

O desenho atual da distribuição espacial da população gaúcha tem sua ancoragem no processo histórico de ocupação (e para o qual as características do território tiveram realce). A forte mobilidade interna, dinamizando o processo de ocupação, alterou, tempo a tempo, a ocupação quantitativa e qualitativa do espaço.

O Estado esteve fracamente povoado até o início do século passado ou, conforme Roche (1969; v.1, p.39) "... embora sua população houvesse **sexuplicado entre 1780 e 1822, o Rio Grande do Sul parecia quase despovoado: possuía apenas cem mil habitantes**". A ocupação teve por pano de fundo as decisões emanadas da metrópole e atendia àqueles interesses, quanto à forma e quanto à direção da ocupação. Essa ocupação traçou o quadro básico sobre o qual novas linhas foram trabalhadas. Ao maior crescimento no final do século passado - desencadeado pela imigração estrangeira - e no início do século atual, pela reprodução da população nativa, mas sobretudo da imigrante⁴, opõe-se, atualmente, a redução da participação relativa da população do Rio Grande do Sul na região e no País.

Essa redução de participação percentual decorre da redução do ritmo de incremento médio anual, o que é explicado tanto pela queda da fecundidade, quanto pela emigração de gaúchos para terras ainda pouco ocupadas dos outros estados da região sul, num primeiro momento, e para o resto do País, posteriormente, e cuja razão está situada, basicamente, nas condições da estrutura agrária e do trabalho (Moreira e Costa, 1982; Santos, 1983).

4 - Segundo ROCHE (1969, v.1, p.163), "... o número médio de filhos nas seis 'belas' famílias católicas, citadas como exemplo em 1933, sobe a 10,8."

Tabela 1

**EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RIO GRANDE DO SUL, NA
REGIÃO SUL E NO BRASIL E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
CENSOS DE 1872-1991**

| ANO | ESTADO em milhões de habitantes | REG. SUL | BRASIL | PARTICIPAÇÃO DO RS | |
|------|------------------------------------|------------|-------------|--------------------|---------------|
| | | | | na Região(%) | no Brasil (%) |
| 1872 | 434.813 | 721.337 | 9.930.478 | 60,3 | 4,3 |
| 1890 | 897.455 | 1.430.715 | 14.333.915 | 62,7 | 6,2 |
| 1900 | 1.149.070 | 1.796.495 | 17.438.434 | 63,9 | 6,5 |
| 1920 | 2.182.713 | 3.357.167 | 30.635.605 | 65,0 | 7,1 |
| 1940 | 3.309.020 | 5.735.305 | 41.236.315 | 57,7 | 8,0 |
| 1950 | 4.159.663 | 7.840.870 | 51.944.397 | 61,5 | 8,0 |
| 1960 | 5.366.720 | 11.892.107 | 70.992.343 | 54,7 | 7,6 |
| 1970 | 6.670.382 | 16.683.551 | 94.508.554 | 48,7 | 7,1 |
| 1980 | 7.777.212 | 19.380.126 | 119.002.706 | 44,3 | 6,5 |
| 1991 | 9.138.670 | 22.117.026 | 146.917.459 | 41,0 | 6,2 |

Fonte: IBGE, 1994

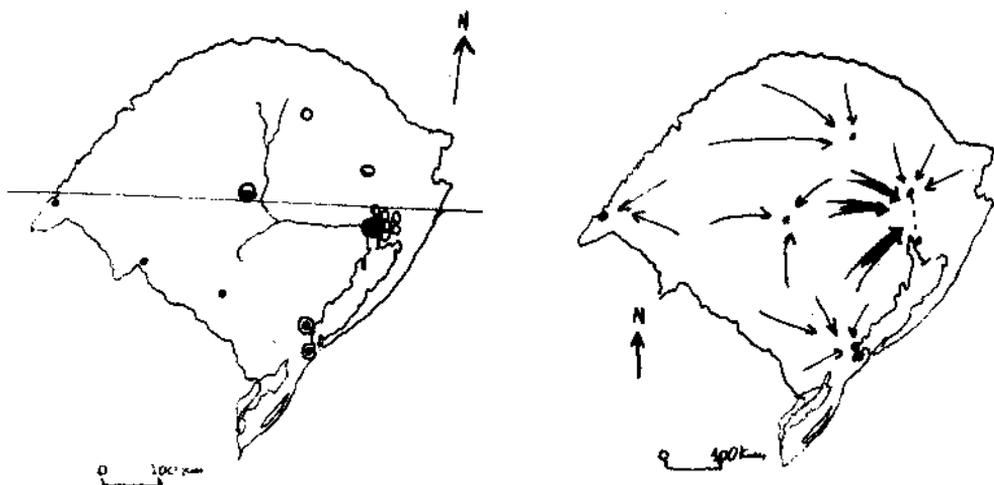
A ocupação do estado foi marcada pela imigração e pela mobilidade interna acentuada da população. Esta ainda confere um dos caracteres básicos da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. A importância da imigração estrangeira⁵, que ocorreu no século passado e no início deste século, e a intensa mobilidade interna que marcou o norte do Estado na primeira metade do século XX acrescentam-se, nas últimas décadas, fluxos migratórios que têm duas direções principais.

Um fluxo ocorre na direção das maiores cidades, em especial para aquelas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), acelerando o processo de urbanização e alterando de forma brutal a distribuição espacial da população, hoje mercado por violenta concentração numa reduzida área do Estado (cerca de 60% dos gaúchos num eixo que vai de Porto Alegre a Caxias do Sul, por cerca de 200 km de extensão no sentido S-N). Outro fluxo migratório dirige-se para fora do Estado.

No final do século XIX, 90% da população do Estado vivia ao sul de um eixo limitado pelas cidades de Porto Alegre e Santa Maria (paralelo S30º aproximadamente), isto é, ao sul do rio Jacuí. Hoje, cerca de 80% da população está ao norte desse eixo e menos de 20% ao sul do mesmo. A distribuição das maiores cidades em 1940 (mais de 20.000 hab.) e em 1991 (mais de 100.000 hab) e os rumos das migrações, indicados nos mapas abaixo, são ilustrativos dessa transformação.

5 - "Em 1820, com 16.000 habitantes, Porto Alegre concentrava 10,0% da população do Rio Grande do Sul ... Desse total, 12% eram estrangeiros..." (IBGE, 1991, citando Geiger).

Deslocamento espacial da população no RS



- - maiores cidades em 1940
- - maiores cidades em 1991

Essa inversão do eixo demográfico, em curto espaço de tempo, tem desdobramentos sociais e políticos importantes. Roche (1969; v. 2, p. 734) já apontava tal fato, além de indicar a força do voto urbano (30% dos eleitores em três cidades), ao tratar do mapa eleitoral do Estado em 1945. **Referindo-se ao resultado eleitoral sublinhava** "... o que mais surpreendeu foi o recuo da Campanha, o velho Rio Grande pastoril..." É importante ressaltar que um mapa eleitoral é um reflexo da distribuição populacional mas, sobretudo, é o indicador de quem reivindica/quem ganha, isto é, da direção dos recursos e dos investimentos públicos e privados dentro do Estado.

4.2. Urbanização

Em 1906⁶, 35,5% da população do Rio Grande do Sul era migrante, isto é, não era natural do município onde residia. A quase totalidade nascera no próprio Estado e 80% dos migrantes dirigiram-se para cidades. Grande parte deles era, também, natural de área urbana. Portanto, acompanham

6 - No momento da finalização deste texto (outubro de 1994) o IBGE ainda não dispunha dos dados sobre naturalidade e mobilidade da população residente levantados no recenseamento de 1991.

do uma tendência nacional, há uma mudança "nos endereços" dos gaúchos, que são, cada vez mais, residentes de domicílio urbano.

Tabela 2

**EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O DOMICÍLIO
RIO GRANDE DO SUL - 1950-1991**

| ANO | POPULAÇÃO RURAL | | POPULAÇÃO URBANA | |
|------|-----------------|-------|------------------|-------|
| | Total | % | Total | % |
| 1950 | 2.742.841 | 65,86 | 1.421.980 | 34,14 |
| 1960 | 3.003.049 | 55,64 | 2.445.774 | 44,36 |
| 1970 | 3.134.870 | 46,69 | 3.620.588 | 53,31 |
| 1980 | 2.156.856 | 32,45 | 5.385.860 | 67,55 |
| 1991 | 2.142.128 | 23,44 | 6.996.542 | 76,55 |

Fonte: IBGE, 1994

A urbanização (entendida como o crescimento mais acentuado da população de domicílio urbano) e a concentração metropolitana - 1/3 dos gaúchos vivem na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e mais de 40% na Mesorregião de Porto Alegre - são a expressão maior das mudanças na estrutura produtiva e dos movimentos sobre o território daí advindos. O processo de urbanização no Estado acompanhou o fenômeno no País, desencaçado com a industrialização, já na década de 30. No Rio Grande do Sul, acentuou-se na década de 40 e, sobretudo, entre 50 e 60. Em 1950, a Capital passou a abrigar quase 400.000 habitantes, cerca de 20% da população urbana do Estado, a época. Aquela década representou um divisor no sentido da urbanização e da metropolização em torno de Porto Alegre. Da década de 70 ao presente, isto é, em menos de uma geração, as cidades foram acrescidas em mais de três milhões de habitantes, isto é, um contingente maior do que o recenseado para todo o Estado em 1940.

Até 1970, houve aumento absoluto da população rural, mas num ritmo bastante inferior ao da população urbana, perdendo, portanto, participação relativa. A intensificação do fenômeno verificada na década de 70 foi acompanhada pela redução absoluta da população rural. No Rio Grande do Sul essa redução chegou a quase 30% do total dos residentes rurais (as áreas rurais perderam quase um milhão de pessoas entre 1970 e 1980, que dirigiram-se tanto para as cidades, quanto saíram do Estado para outras áreas rurais do País). O percentual daquele êxodo foi cinco vezes superior ao do País, indicando a diferença de ritmo no processo. As diferenças de ritmo ao nível dos municípios decorriam das características e da forma de organização das atividades produtivas. Projeção para o ano 2000 indica que quase 85% dos gaúchos estarão nas cidades (Jardim, 1993).

As afirmativas de que "...as grandes mudanças ocorridas na estrutura produtiva, e que estão vinculados ao quadro nacional, à formação de um novo modelo no mercado nacional de trabalhadores, orientado pelos investimentos dos grandes capitais, seja em setores agrários, seja em setores urbanos, afetaram profundamente a distribuição espacial da população e suas condições de vida..." (IBGE; 1990, p.329) e de que "...a urbanização brasileira se constituiu em instrumento de integração do País ao sistema capitalista..." (Davidovich; 1984, p. 14) servem também para o Estado e são explicativas de uma urbanização que tem sido marcada, como de resto nos países subdesenvolvidos em geral, pelo crescimento das cidades de médio e grande porte. O fenômeno é registrado pelo Censo de 1991: das 333 cidades (sedes municipais)⁷ do Estado, apenas 29 tinham mais de 50.000 habitantes. Não representavam 10% do total das cidades, mas abrigavam dois terços da população urbana e quase a metade (49%) da população total do Rio Grande do Sul. Menos de 0,5% da população urbana estava fora das sedes municipais, vivendo em vilas e áreas urbanas isoladas.

A RMPA é a principal área urbanizada do Estado, constituindo um eixo que se estende para norte a partir de Porto Alegre. A ponta norte desse eixo urbanizado é dominada pelo município de Caxias do Sul. Ali a indústria metal-mecânica teve crescimento acelerado na década de 70, superando a tradicional indústria vinícola. Outras indústrias também se desenvolveram, promovendo o aumento da população e, ao mesmo tempo, intensificando os sérios problemas urbanos já existentes. O crescimento da indústria na região serrana e no vale do Caí vem sendo feito, em parte, com o recrutamento de mão-de-obra que participa com trabalho em caráter domiciliar, isto é, via distribuição de tarefas realizadas em casa, sem vínculo em precatório. Determinados investimentos explicam a expansão de alguns centros urbanos regionais fora desse eixo. É o caso de Cruz Alta e de Passo Fundo, onde a presença de grandes empresas (beneficiamento de soja, por ex.) estabelecidas junto a antigas cidades provocou seu crescimento. A instalação de serviços especializados (como universidades) tem efeito similar em outras cidades médias do Estado.

4.3. A RMPA

A Região Metropolitana de Porto Alegre, criada pela lei complementar 14/1973, reúne pouco mais de 2,5% da área do Estado, mas o adensamento por ela provocado extravasa os limites formais e estende a ocupação de caráter urbano a áreas a ela vinculadas. Com mais de 300 hab/km² tem o dobro da densidade da região metropolitana de Curitiba, a segunda na região. Abriga um terço da população estadual, refletindo a centralização das atividades político-administrativas e daquelas de caráter eminentemente urbano (indústria, comércio, serviços). Concentra, portanto, trabalhadores e arrecadação de impostos.

Em 1940 apenas Porto Alegre era, demograficamente, importante na atual RMPA. Devido ao crescimento acelerado dos municípios próximos ela

7 - Atualmente (1994) são 427 os municípios no Estado.

abriga, hoje, oito dos 16 mais populosos municípios do Estado, isto é, daqueles que contam com mais de 100.000 habitantes; cinco das 17 cidades com população entre 50.000 e 100.00 habitantes; e sete das 12 com mais de 100.000 residentes. Este crescimento é explicado tanto pelo caráter de dormitório desses municípios, quanto pelo deslocamento da atividade industrial da metrópole (desindustrialização da Capital) e conseqüente expansão pelos municípios da RMPA. Nesse crescimento populacional, que implica a ampliação da área construída com fins residenciais, é significativo o aumento das favelas. Outro fenômeno que marca a área é a intensificação das migrações pendulares. O que se verifica é que o ritmo rápido de expansão demográfica (2,5% ao ano na década), decorrente de uma expressiva presença de migrantes, não foi acompanhado pelo aumento dos empregos e pela melhoria dos serviços urbanos.

A RMPA apresenta uma importante população economicamente ativa (PEA), vinculada aos setores secundário e terciário. Produz os mais altos valores de PIB industrial e de serviços. Mas, sua massa salarial é pouco expressiva em relação ao contingente de trabalhadores. Ainda que a renda per capita tenha apresentado crescimento entre 1975 e 1990 (Lagemann e Bordin, 1993), elevando-se de US\$ 1.112 a US\$ 4.120, nem na Capital (US\$ 3.700), nem na RMPA, tomada como conjunto, estão as melhores rendas do Estado, cuja média gira em cerca de US\$ 3000 per capita. Tanto a RMPA, quanto a Capital, situam-se aquém de diversos outros municípios e regiões, quanto à essa renda.

Se desconsiderarmos Triunfo (US\$ 11.900), que em função da arrecadação propiciada pelo Pólo Petroquímico representa uma excepcionalidade, destacam-se as rendas dos municípios de Farroupilha US\$ 11.900; Santa Cruz do Sul US\$ 7.700; Canoas US\$ 7.200; Bento Gonçalves, US\$ 6.760; e Caxias do Sul, US\$ 6.320. A região serrana de Caxias do Sul, o vale do Caf, do Taquari e do Pardo superam a RMPA quanto à renda per capita. Por outro lado, o fato de predominar a faixa salarial compreendida entre um e cinco salários mínimos (SM) entre os trabalhadores do setor formal e o fato de que 20% dos que trabalham contam, mensalmente, com menos de um SM, indicam a falta de perspectivas de grande parcela da população. As dificuldades se expressam numa série de itens, em especial no drama da moradia para o trabalhador e no impacto das soluções adotadas para o ambiente.

Essa situação não foge ao que ocorre no País. Conforme Davidovich (1994) a metrópole, como o centro dinâmico da produção, é concentradora da massa assalariada e daí seu empobrecimento relativo a outras áreas e sua intensa desigualdade (inter e intraurbana). É também nas áreas metropolitanas que as oscilações nos níveis de emprego mais rapidamente se fazem sentir.

A ampliação da população favelada (Schäffer, 1993b) é fato que tem preocupado os setores de planejamento municipal e metropolitano. Quase um terço dos porto-alegrenses habita em áreas de malocas, caracterizadas sobretudo pela situação de irregularidade na posse dos lotes e pela precariedade de infra-estrutura, contra os menos de 5% que nelas viviam na década de 50.

Tabela 3

ÁREA URBANA OCUPADA EM PORTO ALEGRE - 1991

| ÁREA Tipo | ÁREA | | POPULAÇÃO | | DENSIDADE |
|--------------|----------------|---------------|------------------|---------------|---------------------|
| | m ² | % | Total | % | hab/km ² |
| Regular | 316,78 | 96,74 | 855.851 | 68,61 | 2.701,72 |
| Irregular | 10,67 | 3,26 | 391.501 | 31,39 | 36.691,75 |
| Total | 327,45 | 100,00 | 1.247.352 | 100,00 | 3.809,28 |

Fonte: Schäffer (1993b), com dados do NERU/FEE e da SPM/PMPA(1993)

Os dados da tabela anterior indicam a agudização do problema e põem em pauta a questão social do uso do solo urbano, discussão desencadeada em especial pelos setores populares que, desde os anos 70, vêm conquistando a presença nítida e atuante na luta pela reforma urbana, sugerindo emenda para a Constituição (1987/88) e acompanhando as discussões sobre a revisão constitucional, como é o caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Sobretudo a questão dos vazios urbanos, geralmente situados nas áreas de ocupação mais intensiva e cuja existência implica a extensão física das cidades e o encarecimento dos serviços para o morador, vem sendo apontada.

5. Em tempo de menor ritmo de incremento demográfico

Mesmo que o Rio Grande do Sul apresente taxas decrescentes de incremento médio anual de população (1,47% ao ano no período 1980-91), a numerosa população jovem garante aumentos populacionais significativos do ponto de vista absoluto, no futuro próximo. Mas, a queda da fecundidade interfere na composição etária e no aumento da participação dos mais velhos, com importantes repercussões sociais. A visão da estrutura de idades para o conjunto do Estado mascara o detalhamento: a participação de percentuais maiores de crianças e jovens entre as camadas mais desprotegidas. Mas, também entre essas camadas é possível observar menor fecundidade. Estudo realizado em periferia de cidade do interior (Schäffer, 1991) exemplifica, com a construção de pirâmides etárias para as duas calçadas de uma mesma rua (uma com loteamento regular e outra com vila surgida por invasão), as diferenças de fecundidade decorrentes dessa inserção diferenciada da família na sociedade, ainda que no caso as famílias pertençam ao mesmo segmento (baixa renda).

É importante sublinhar que a mera queda das taxas brutas de natalidade, como vem ocorrendo no Estado e no Brasil, que é indicativo daquilo que, segundo Martine (1989; p.29) é "...a transformação estrutural mais importante para o País neste fim de século...", não implica a melhoria na qualidade de vida, como ocorreu na Europa, nos primórdios da Revolução

Demográfica. Ela parece indicar, apenas, mais acesso a informações e a recursos para a anticoncepção, mesmo em grupos de baixa renda, sem que haja o aumento do bem-estar geral (instrução, saúde, trabalho). Daí a razão das taxas de fecundidade declinarem mesmo nas áreas onde o favelamento foi acentuado. De qualquer forma, as atuais taxas de incremento são ainda médias, num padrão mundial. Mantida a atual taxa a população gaúcha deverá duplicar em menos de 50 anos.

Tabela 4

EVOLUÇÃO DO AUMENTO DA POPULAÇÃO NO ESTADO E DAS TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DO ESTADO E DO PAÍS - 1940-1991

| PERÍODOS | INCREMENTOS POPULACIONAIS NO ESTADO | | TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS | |
|-----------|-------------------------------------|----------------|--------------------------|---------------|
| | absolutos total de hab. | relativos % | Estado %/ano | País %/ano |
| 1940-1950 | 850.643 | 25,71 | 2,31 | 2,39 |
| 1950-1960 | 1.207.057 | 29,02 | 2,58 | 2,99 |
| 1960-1970 | 1.303.662 | 24,29 | 2,20 | 2,89 |
| 1970-1980 | 1.106.830 | 16,59 | 1,55 | 2,49 |
| 1980-1991 | 1.361.468 | 17,50 | 1,47 | 1,89 |

Fonte: FIBGE, 1994

A integração regional firmada através do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, nos leva a considerar esses valores em relação aos países que são limítrofes ao Rio Grande do Sul. O Uruguai e a Argentina, com crescimentos médios anuais em torno de 0,5% e de pouco mais de 1% ao ano, respectivamente, necessitarão de bem mais tempo para ver suas populações duplicadas.

No âmbito de cada município do Estado, mais do que o comportamento da fecundidade é necessário atentar para dinamismos específicos do setor produtivo. Estes criam condições para afluxos localizados de trabalhadores, gerando aumentos diferenciados de residentes. Uruguaiana é um exemplo. Transformações no setor agrário, com expansão da área de cultivo de arroz, e uma conjuntura cambial favorável ao comércio de fronteira, explicam aumentos demográficos mais expressivos, tanto da população rural quanto da urbana, naquele município comparativamente aos demais da região (Schäffer, 1993a). Os dados preliminares do Censo de 91 apontam essas diferenças regionais. Crescimentos negativos registrados em quase metade dos municípios do Rio Grande do Sul, entre 1980 e 1991, são resultado, portanto, mais da mobilidade (da saída) do que de mudanças no crescimento vegetativo. É o caso do Noroeste Rio-grandense, onde um crescimento extrema

mente lento (0,18% ao ano), exigirá um tempo superior a 300 anos para a duplicação da população. Mas, esse lento crescimento não decorre de fecundidade diferenciada no conjunto do Estado. Cabe salientar que, via de regra, são os municípios menores (menos de 20.000 e, sobretudo, menos de 10.000 habitantes) aqueles que apresentam crescimento negativo, exemplificando a tendência concentradora de população sobre o espaço. Os crescimentos mais expressivos ocorreram na RMPA e adjacências.

Tabela 5

**EXEMPLOS DE TAXAS ANUAIS DE INCREMENTOS NA POPULAÇÃO
RESIDENTE EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS SELECIONADOS - 1991**

| | MUNICÍPIOS Nomes | TAXAS %/ano |
|-----------|-----------------------|----------------|
| Valores | Dezesseis de Novembro | - 2,90 |
| Extremos | Nova Bréscia | - 2,70 |
| Negativos | Nova Roma do Sul | - 2,63 |
| | Vicente Dutra | - 2,32 |
| | Catuípe | - 2,28 |
| Valores | Parobé | 10,85 |
| Extremos | Nova Hartz | 9,32 |
| Positivos | Imbé | 7,57 |
| | Estância Velha | 6,40 |
| | Guaíba | 5,78 |
| | Porto Alegre | 1,05 |
| | Caxias do Sul | 2,55 |
| | Canoas | 2,17 |

Fonte: IBGE, 1993

Entre 1950 e 1991 a população total do Estado mais que dobrou, passando de pouco mais de quatro milhões de habitantes a mais de nove milhões. De imediato, as densidades de ocupação acompanharam essa mudança de efetivos, passando de 15 para 32,3 hab/km². O deslocamento, via migrações, reforça esses valores em determinadas áreas (IBGE, 1993). Na RMPA as densidades superam 1.000 hab/km² em vários municípios: Esteio, 2.574; Porto Alegre, 2.483; Cachoeirinha, 2.018; Alvorada, Sapucaia do Sul e São Leopoldo têm densidades entre 1.000 e 2.000 hab/km². Os demais oscilam entre 13 hab/km² (Glorinha) e quase 1000 hab/km² (Novo Hamburgo). A difusão das altas densidades em torno da RMPA expõe uma tendência recente da urbanização concentradora (metropolitana), qual seja o da dissolução da metrópole, seu espraiamento pelos espaços adjacentes. Tal fato acompanha a realidade brasileira ou, segundo Taschner (1993; p.5): "... o fenô

meno mais interessante dos anos 80 refere-se à desconcentração metropolitana... Os dados acima sobre crescimento/densidades evocam a conclusão de Martine (1989; p.35), quanto ao fato das questões mais cruciais do quadro demográfico do País estarem situadas na "... redistribuição espacial da população como matéria a ser privilegiada na discussão das políticas populacionais..."

As informações sobre a fecundidade e a estrutura de idades se entrecruzam e ambas dizem da qualificação sócio-cultural de um grupo humano, projetando necessidades e perspectivas. Não devem ser vistas como cortes para representações isoladas, mas como indicações que permitem múltiplos raciocínios. No Rio Grande do Sul a estrutura etária vem se orientando no sentido da redução da participação relativa de crianças, adolescentes e jovens (0-20 anos), mesmo que estes ainda componham o grupo majoritário da população.

Tabela 6

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE - 1900-1991

| Ano | Grupos de idade (%) | | |
|------|---------------------|------------|-----------|
| | 0-19 anos | 20-59 anos | 60 e mais |
| 1900 | 58,7 | 37,5 | 3,4 |
| 1920 | 57,0 | 38,5 | 4,1 |
| 1940 | 53,8 | 42,0 | 4,1 |
| 1950 | 52,3 | 43,0 | 4,5 |
| 1960 | 51,8 | 43,0 | 5,1 |
| 1970 | 50,2 | 44,0 | 5,7 |
| 1980 | 43,9 | 48,8 | 7,2 |
| 1991 | 38,9 | 25,2 | 8,9 |

Fonte: Adaptado de Vieira e Rangel, 1985 e IBGE, 1994

Conseqüentemente, vem ocorrendo o aumento relativo dos outros dois grupos (adultos e velhos). A construção de pirâmides indicativas da estrutura de idades aponta claramente as condições de vida do grupo representado, em especial o grau de instrução e de emancipação dos casais; e o acesso à saúde, através de padrões satisfatórios de habitação, alimentação e assistência para a população. As diferenças quantitativas entre os sexos expressam, basicamente, processos migratórios, que resultam em situações específicas. Daí a predominância de homens nas áreas rurais (109 homens para 100 mulheres, em 1991) quando, para o conjunto do Estado, esta razão é equilibrada (97/100).

Junto à informação sobre a reprodução é importante ter presente outras tendências: a redução do número de membros que compõem a família e

que fazem uso do mesmo domicílio; e o aumento das famílias de "um membro só" e que diz respeito à emancipação social. Já bem delineadas no Pós-Guerra nos países desenvolvidos, estas são tendências que há duas décadas vêm se firmando no Estado. Tal fato é verificado tanto em áreas urbanas quanto nas rurais. Mesmo em favelas não é rara a ocorrência de um só morador por barraco. Esse novo padrão, estatisticamente visível na evolução percentual mais rápida do número de famílias e domicílios, do que no da população total, e na redução do número de membros que compõem cada família (3,60 no último censo), implica a extensão da área construída com fins residenciais e, por óbvio, o aumento de economias que demandam serviços.

O atendimento a essas demandas depende da capacidade de aporte financeiro. Depende do trabalho. O trabalho (e o não trabalho) e a distribuição do produto por ele gerado, vistos de forma muito genérica através da informação da renda per capita, que reflete o poder de compra e o acesso aos bens e serviços, é elemento de uso rotineiro e imprescindível nas análises sócio-econômicas. Mas, como abstrações matemáticas, pouco dizem do cotidiano do morador. Esses dados devem tomar consistência através da observação e comparação de outras informações, como a ocupação segundo as faixas de idade, as condições de ocupação (sob a forma de emprego ou não) nos diferentes setores produtivos, a escolaridade do trabalhador, a presença da mão-de-obra feminina, etc... Nesse tema a tendência maior está no deslocamento intersetorial do primário para os setores urbanos. No Rio Grande do Sul, a participação no setor primário passou de quase 70%, em 1940, para cerca de 45% em 70 e pouco supera os 25%, atualmente. A velocidade de transformação na ocupação dos trabalhadores comporta novas exigências de preparo para o trabalho e vem acompanhada de novo ambiente de vida a que se sujeitam os trabalhadores.

Tabela 7

**PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
POR SETORES DE ATIVIDADE NO ESTADO - 1970-80**

| ANO | SETORES DE ATIVIDADE | | |
|------|----------------------|-----------------|----------------|
| | Primário % | Secundário % | Terciário % |
| 1970 | 46,1 | 16,7 | 37,3 |
| 1980 | 28,6 | 25,8 | 45,6 |

Fonte: Adaptado de Azevedo (1985)

O que a tabela indica é uma transferência do setor primário para o secundário e para o terciário, isto é, uma situação analisada por Davidovich (1994) ao apontar uma das tendências da urbanização brasileira no sentido da modernização de setores da economia brasileira e do próprio território

nacional, com expansão do urbano e com grande ampliação do terciário (for mal ou não).

Por outro lado, a mudança na estrutura de idades, reduzindo sensivelmente a participação de crianças e jovens, deveria nos levar a raciocinar em termos de aumento absoluto e percentual da participação de ativos na população total. O aumento percentual não ocorreu, como se observa na tabela que segue. Não ocorreu também aumento significativo na presença do segmento jovem de 10 a 20 anos nas instituições de ensino, o que perturbava qualquer expectativa de qualificação e de melhoria nos dados apresentados na tabela 9.

A redução percentual da participação da PEA no conjunto da população, entre 1970 e 1991, reflete as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e os problemas daí resultantes. Refletem a realidade do trabalho no País, com o aumento do Índice de Precarização do Mercado de Trabalho (Davidovich; 1994) que aparece na redução percentual dos trabalhadores com carteira assinada (63% em 1990; 52% em 1992), na redução da renda e no aumento da indigência.

Tabela 8

**PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
NA POPULAÇÃO DO ESTADO - 1970-1991**

| ANO | POP. ATIVA | PARTICIPAÇÃO |
|------|------------|--------------|
| 1970 | 1.911.428 | 33,3 % |
| 1980 | 1.393.149 | 33,4 % |
| 1991 | 2.268.935 | 32,5 % |

Fonte: IBGE, 1993

No Estado, segundo Azevedo (1985), a distribuição dos salários (por tanto, setores formais) registrava que 45% dos trabalhadores recebiam entre um e dois SM; 8% tinham salários entre cinco e 10 SM; 3% situavam-se entre 10 e 20 SM e apenas 1% contava com mais de 20%. Em face do baixo valor do SM é fácil avaliar o poder aquisitivo dessa massa salarial. O mesmo estudo indica que, em 1982, 32,5% da PIA (população em idade ativa) encontrava-se em situação de desemprego ou trabalhando em atividades informais ou, ainda, com inserção precária no mercado de trabalho. Entre os trabalhadores (independente da inserção) figuravam quase 10% das crianças entre 10 e 14 anos. O estudo salienta, ainda, a expansão do trabalho **por conta própria**, mesmo sendo esta uma forma não própria da produção em sociedade capitalista, nos moldes tradicionais.

Tabela 9

**INSTRUÇÃO E ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR
NO RIO GRANDE DO SUL (1985)**

| SETORES | ANALFABETOS E PRIMÁRIO INC. % | CURSO SUPERIOR MESMO INCOMPLETO % |
|-------------------------|-------------------------------------|---|
| Agric. e criação animal | 57 | 3 |
| Ind. de transformação | 28 | 4 |
| Ind. da constr. civil | 55 | 3 |
| Comércio de merc. | 14 | 5 |
| Transp. e comun. | 19 | 5 |
| Prest. de serviços | 21 | 17 |
| Adm. pública | 12 | 11 |
| Outros | 22 | 9 |

Fonte: Adaptado de Azevedo (1985)

Finalmente, cabe considerar que no quadro geral da população trabalhadora no Estado é ainda reduzida a participação das mulheres e que a qualificação, retratada pelos índices de alfabetização e de escolaridade, deixa a desejar. O número de indivíduos sem instrução ou com baixa escolaridade é ainda alto. Representava cerca de 30% da população em 1980. Dados recentes indicam que quase 10% da população é analfabeta, quando no Uruguai e na Argentina este valor não chega a 5%. Entre a população alfabetizada o número médio de anos de instrução formal é de apenas 5. Conforme mostra a tabela anterior, é reduzido o número daqueles que contam com mais de 11 anos de instrução (I e II graus de ensino) nos diversos setores de ocupação. A situação no setor primário e na construção civil é, então, especialmente precária. Os acidentes de trabalho são um dos reflexos dessa situação. A dificuldade para elevar a produtividade do trabalho é o corolário permanente.

5. Conclusão

Os quase 2,5 milhões de novos gaúchos que vivem e trabalham no Rio Grande do Sul, desde 1970 representam tanto fortes exigências sociais de investimento e atenção, quanto um fator de expectativas positivas para o futuro.

Esses novos gaúchos encontram o Estado voltado a uma integração regional que os aproxima, econômica e culturalmente, dos demais países do MEER COSUL, em especial do Uruguai e da Argentina. Aproximação que se firma

rã na medida de nossos esforços comuns no sentido de um conhecimento e de uma aceitação mútuos. Caminho que exigirá, muito especialmente daqueles que têm nas mãos o ensino de disciplinas como Geografia e História, a vontade política de voltar-se para o outro.

Neste final de século, eles têm endereço urbano e é nesse âmbito que as desigualdades tornam-se visíveis de forma mais aguda. Enfrentam um quadro de precarização do mercado de trabalho que se expõe no cotidiano de cada um e os empurra a uma luta permanente (consciente ou não) para definir estratégias que lhes permita resolver questões básicas, tais como alimentar-se, morar, atender à saúde, qualificar-se. Esses novos gaúchos recebem, portanto, a incumbência de continuar lutas por reformas sociais que não foram concretizadas e através das quais podem ser abertos caminhos mais dignos de vida às futuras gerações.

6. Referências bibliográficas

- AZEVEDO, B. R. Z. (org). O emprego no RS: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre: FEE, 1985
- DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. Espaço & Debates. As mudanças na dinâmica urbano regional e suas perspectivas. (Edição especial) São Paulo: 4(13): 12-19 1984.
- _____. Linhas de pesquisa para a Geografia Urbana no Brasil: uma contribuição Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: FIBGE, 1994 (no prelo)
- FEE. Anuário estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987
- FORUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Reforma urbana - conquistas e limites constitucionais. São Paulo: FNRU/POLID, 1994
- GUIDUGLI, O S. A Geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso Marília - SP. São Paulo: USP, 1979, v. 1 (Tese de Doutorado)
- IBGE. Geografia do Brasil - Região Sul, Volume 5. Rio de Janeiro, 1977, p. 143-258
- _____. Geografia do Brasil. Vol. 2 - Região Sul. Rio de Janeiro: 1990, p. 295-371
- _____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1993
- _____. Mercosul. Sinopse estatística. Rio de Janeiro, 1993, v. 1
- _____. Censo Demográfico 1991 - V. 24 Rio Grande do Sul. Rio De Janeiro, 1994
- JARDIM, M. L. T: Projeção da população do Rio Grande do Sul, por município e condição de domicílio 1992-2015 - Relatório Metodológico. Porto Alegre: FEE, 1993
- LAGEMANN, E e BORDIN, L. C. Descentralização fiscal no Brasil: a percepção. do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretária da Fazenda do Governo do Estado, 1993

- MARTINE, G. O mito da explosão demográfica. In *Ciência Hoje*. São Paulo: SBPC; 1989, v. 9, nº 51
- MOREIRA, I. A. & COSTA, R. H. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto (Série Revisão), 1982
- MOREIRA, R. O discurso do avesso - para a crítica da Geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987, Cap. III
- ONU. World population reference bureau. Washington, 1983
- ROCHE, J. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, 2 volumes
- SANTOS, J. V. T. dos. Matuchos - exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993
- SANTOS, M. Transformações do espaço ocupado. São Paulo: Hucitec, 1989
- SCHÄFFER, N. O. Morador e moradia em periferia de cidade de fronteira - condições sócio-econômicas em vilas de Sant'Ana do Livramento. Seminário Internacional sobre "Integración Latinoamericana y Territorio. Políticas Ambientales en el Marco de Políticas de Ajuste". Buenos Aires: CEUR e Universidade de Buenos Aires, 1991 (Anais)
- _____. Fronteira: comércio, contrabando, camelôs. IV Encontro de Geógrafos da América Latina. Mérida, Venezuela, 1993 a (Anais)
- _____. Investimentos imobiliários e expansão de barracos - o morar em Porto Alegre no final do século. V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 1993b (no prelo)
- SMITH, D. Geografia Humana. Oikos-Tau; 1980
- TASCHNER, S. P. Notas sobre a contribuição da demografia. Seminário sobre dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana. IPPUR/RJ. Itamonte, 1993, Anais
- VALENTEI, D. Teoria da população. Moscou: Edições Progresso, 1987
- VIEIRA, E. F. & RANGEL, S. Rio Grande do Sul - Geografia da população. Porto Alegre: SAGRA, 1985

ANEXO

Municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100.000 habitantes - 1991

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO | MUNICÍPIO | POPULAÇÃO |
|-------------------|-----------|-----------------------|-----------|
| 01. Porto Alegre | 1.263.403 | 09. Viamão | 169.176 |
| 02. Pelotas | 291.100 | 10. São Leopoldo | 167.907 |
| 03. Caxias do Sul | 290.925 | 11. Passo Fundo | 147.318 |
| 04. Canoas | 279.127 | 12. Alvorada | 142.046 |
| 05. Santa Maria | 217.592 | 13. Bagé | 118.967 |
| 06. Novo Hamburgo | 205.668 | 14. Santa Cruz do Sul | 117.773 |
| 07. Gravataí | 181.035 | 15. Uruguaiana | 117.456 |
| 08. Rio Grande | 172.422 | 16. Sapucaia | 104.885 |

Fonte: IBGE, 1993

Sedes municipais(cidades) do Rio Grande do Sul com mais de 50.000 habitantes - 1991

| CIDADE | POPULAÇÃO | CIDADE | POPULAÇÃO |
|-------------------|-----------|----------------------------|-----------|
| 01. Porto Alegre | 1.247.529 | 16. Viamão | 75.859 |
| 02. Canoas | 269.258 | 17. Santa Cruz do Sul | 74.295 |
| 03. Caxias do Sul | 262.954 | 18. Sant'Ana do Livramento | 73.004 |
| 04. Novo Hamburgo | 201.502 | 19. Guaíba | 72.731 |
| 05. Pelotas | 260.908 | 20. Esteio | 70.468 |
| 06. Santa Maria | 193.286 | 21. Cachoeira do Sul | 69.772 |
| 07. Gravataí | 166.969 | 22. Alegrete | 67.486 |
| 08. São Leopoldo | 160.358 | 23. Bento Gonçalves | 63.579 |
| 09. Rio Grande | 157.625 | 24. Cruz Alta | 61.869 |
| 10. Passo Fundo | 135.234 | 25. Erechim | 61.538 |
| 11. Alvorada | 132.601 | 26. Santo Ângelo | 59.807 |
| 12. Sapucaia | 104.486 | 27. Ijuí | 58.621 |
| 13. Uruguaiana | 103.157 | 28. São Borja | 52.059 |
| 14. Bagé | 89.506 | 29. Sapiranga | 51.548 |
| 15. Cachoeirinha | 87.951 | | |

Fonte: IBGE, 1993